

A CRISE DA ECONOMIA AGROEXPORTADORA E A INDÚSTRIA RESTRINGIDA NO BRASIL DE 1930 A 1955: uma perspectiva histórica

*Stenio de Brito Fernandes**

(E. E. Jerônimo Vingt Rosado Maia, RN, Brasil)

*Aleksandra Nogueira de Oliveira Fernandes***

(IFRJ, Brasil)

*Marlúcia Menezes de Paiva****

(UFRN, Brasil)

 <https://doi.org/10.29404/rtps-v7i12.618>

Resumo: O estudo tem como objetivo analisar as causas mais relevantes da crise da economia agroexportadora e o processo de industrialização ocorrido no Brasil no período compreendido entre 1930 a 1955. A pesquisa é de abordagem qualitativa. Para tanto, realizamos as análises em fontes bibliográficas e históricas. Como resultados, verificou-se que a economia brasileira passou por profundas transformações no padrão de acumulação de capital em que transitou de um modelo primário-exportador para um baseado na industrialização, no qual o determinante da renda passou a ser o investimento autônomo. À vista disso, são levantadas várias questões sobre a crise da economia agroexportadora e a problemática da origem e evolução da indústria restringida no Brasil.

Palavras-Chave: Crise Econômica. Agro-Exportação. Indústria Restringida. Agroindústria Brasileira.

* Mestre em Educação pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN). Atualmente é professor do Ensino Fundamental na Escola Municipal Francisca Serafim de Souza, da Rede Municipal de Ensino de Porto do Mangue/RN, e na Escola Estadual Jerônimo Vingt Rosado Maia, da Rede Estadual de Ensino do Rio Grande do Norte. É membro do Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação, Memória (Auto) Biográfica e Inclusão (GEPemABI/UERN). ORCID iD: <https://orcid.org/0000-0001-6300-9561>, e-Mail: steniondre@hotmail.com

** Doutoranda em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte (IFRN). Mestre em Educação pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN). Atualmente é Professora de Didática do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte (IFRN), Campus Mossoró, onde integra o quadro docente do Curso de Especialização em Educação e Contemporaneidade do IFRN, Campus Mossoró. ORCID iD: <https://orcid.org/0000-0002-6625-7963>, e-Mail: aleksandranoferandes@gmail.com

*** Doutora em Educação: História e Filosofia da Educação pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), com Pós-Doutorado em educação na École des Hautes Études en Sciences Sociales (EHESS) e na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Atualmente é Professora Titular da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). ORCID iD: <https://orcid.org/0000-0002-1123-342X>, e-Mail: mmarlupaiva3@gmail.com

THE CRISIS OF THE AGRO-EXPORT ECONOMY AND THE INDUSTRY RESTRICTED IN BRAZIL FROM 1930 TO 1955: a historical perspective

Abstract: The study aims to analyze the most relevant causes of the crisis in the agro-export economy and the industrialization process that took place in Brazil in the period between 1930 and 1955. The research has a qualitative approach. For that, we carried out the analyzes in bibliographic and historical sources. As a result, it was found that the Brazilian economy underwent profound changes in the pattern of capital accumulation in which it moved from a primary-export model to one based on industrialization, in which the determinant of income became autonomous investment. In view of this, several questions are raised about the crisis of the agro-export economy and the problem of the origin and evolution of the restricted industry in Brazil.

Keywords: Economic Crisis. Agricultural Export. Restricted Industry. Brazilian Agroindustry.

LA CRISIS DE LA ECONOMÍA AGROEXPORTADORA Y LA INDUSTRIA RESTRINGIDO EN BRASIL DE 1930 A 1955: una perspectiva histórica

Resumen: El estudio tiene como objetivo analizar las causas más relevantes de la crisis de la economía agroexportadora y del proceso de industrialización que tuvo lugar en Brasil en el período comprendido entre 1930 y 1955. La investigación tiene un enfoque cualitativo. Para ello, realizamos los análisis en fuentes bibliográficas e históricas. Como resultado, se constató que la economía brasileña experimentó profundos cambios en el patrón de acumulación de capital en el que se pasó de un modelo primario-exportador a uno basado en la industrialización, en el que el determinante de la renta pasó a ser la inversión autónoma. Ante ello, se plantean varios interrogantes sobre la crisis de la economía agroexportadora y el problema del origen y evolución de la industria restringida en Brasil.

Palabras Clave: Crisis Económica. Agroexportación. Industria Restringida. Agroindustria Brasileña.

Introdução

A partir dos séculos XV e XVI, o continente americano passou por profundas transformações socioeconômicas. Nesse período, houve a ocupação e a exploração europeia. A América estava sendo colonizada, e seus produtos tropicais eram fornecidos para o continente europeu. No século XVI, os portugueses começaram a ocupar terras que formariam o Brasil, que deu condições naturais para sua exploração. Com isso, aumentavam os lucros das empresas comerciais da Europa. Nos séculos XVIII e XIX, a economia brasileira era voltada para a exportação de produtos agrícolas, os quais tiveram grande crescimento econômico. Somente a partir do século XX, a economia passou por grandes mudanças, saindo do modelo agroexportador para o modelo de industrialização.

Por conta de um processo tardio de implantação, a indústria brasileira está sempre na pauta de discussão de historiadores e economistas. À vista disso, são levantadas várias

questões sobre a crise da economia agroexportadora e a problemática da origem e evolução da indústria no Brasil. Nesse contexto, o estudo tem como objetivo analisar as causas mais relevantes da crise da economia agroexportadora e o processo de industrialização ocorrido no Brasil no período compreendido entre 1930 e 1955.

A pesquisa é de abordagem qualitativa, referendada em Bogdan e Biklen (1994). Desse modo, recorreremos a fontes bibliográficas e históricas o que possibilitou um maior aprofundamento sobre o processo da industrialização no Brasil, além de todo o contexto histórico que a antecedeu, permitindo assim, maior respaldo para a discussão do tema proposto.

Além desta introdução, o texto encontra-se estruturado em duas seções. Na primeira, enfatizamos a Revolução de 1930 e as bases políticas do novo modelo, que tirou a oligarquia agroexportadora do poder e abriu novas possibilidades político-administrativas favoráveis à industrialização, que de uma forma ou de outra, veio a impulsionar a indústria nacional. Na segunda seção, tratamos da indústria "restringida", que ocorreu no período de 1930 a 1955 e que se caracterizou por explícita intervenção estatal, principalmente, através de investimentos no setor de base. Na sequência, esboçamos algumas considerações sobre o assunto discutido.

A Revolução de 1930 e as bases políticas do novo modelo

A década de 1920 foi marcada economicamente pelos avanços da produtividade industrial, o que representou um momento importante para economia paulista. Nesse período, o café tinha alcançado sua expansão como produto-chave da agricultura voltada para a exportação. A liderança desse setor teve uma base política que consistiu na utilização de expedientes que consagraram a defesa permanente do produto ao longo dos governos dessa época. Como medida, foi criado o Instituto Paulista de Defesa Permanente do Café. A partir de 1924, o Instituto de Café de São Paulo, passou a adquirir os armazéns reguladores do Governo Federal, que recebia o café para a exportação e autorizava sua remessa dentro dos pontos de limites prefixados. Sobre isso Cano (1985, p. 69, grifo do autor), explica:

A década de 1920 representou para São Paulo *"um novo salto"* de sua capacidade produtiva. Agora, porém, não era apenas quantitativo, mas também significava grande avanço na diversificação estrutural de sua indústria, com inclusão de novos produtos e novos segmentos produtivos.

Tomando-se o exemplo de São Paulo, é verdade que ao longo dos anos começou a ocorrer uma diferenciação entre a burguesia industrial e o setor agrário, expressa na fundação do centro das Indústrias do Estado de São Paulo, mas a diferenciação não chegou a ponto de desfazer o acordo da classe dominante em nome dos interesses paulistas (FREDERICO, 2017).

Nos últimos anos da década de 1920, havia representantes da burguesia industrial carioca nos postos de governo. O prestígio da ação do instituto se tornou apreciável a partir da safra de 1927-1928. Fausto (1997) explica que a situação se tornou grave quando, em outubro de 1929, começou a grande crise mundial e os preços internacionais do café começaram a cair. Com essa situação surgiu um desentendimento entre o setor cafeeiro e o Governo Federal, porém não se chegou à uma ruptura. Os cafeeiros, mesmo

descontentes, não tinham muitas razões para passar para a oposição, e nesse ponto sua consciência política era maior do que a dos democráticos. Sobre a crise Prado Júnior (1998, p. 293), alerta:

Não foi apenas uma crise passageira que atingiu a economia cafeeira em 1929. As dificuldades vêm de mais longe e são muito mais profundas. 1929 foi apenas uma catástrofe de maior vulto que veio depois de uma série de crises mais ou menos graves que se repetem desde os últimos anos do século passado.

A partir de outubro de 1929, começa a ruir o sistema de defesa posto em prática pelo Instituto Paulista do Café. O Governo Provisório decidiu criar o Conselho Nacional do Café, que através da compra e destruição de estoques se encarregaria da política de sustentação. A "Grande Depressão", isto sim, antecipou e, certamente, aprofundou uma crise que, de qualquer modo, seria inevitável. E o fez não somente pelos efeitos que produziu sobre o comportamento da demanda externa, mas também porque contribuiu para deslocar o café brasileiro do mercado internacional.

A conjuntura internacional lhe era adversa e os compromissos com o setor cafeeiro estavam de pé. Continuou a amparar a cafeicultura, uma vez que o colapso acarretaria enormes dificuldades para a economia nacional, mas procurou elevar o saldo da balança comercial, objetivando a geração de divisas para o pagamento dos compromissos com os credores externos (FREDERICO, 2017).

A Revolução de 1930 foi principalmente o resultado da conjunção de dois fatores que ocorreram ao mesmo tempo: 1) a crise mundial de 1929, provocada pelo famoso crack na Bolsa de Valores de Nova York; 2) a crise do café, que ocorreu logo imediatamente (LIMA, 1970).

A crise cafeeira possuía fatores intrínsecos próprios, de modo que explodiria mesmo sem a detonação da crise mundial. Ela foi o resultado do cruzamento das oscilações nacionais e mundiais longas e curtas do ciclo comercial. Com a crise do café, não somente a sua lavoura foi duramente atingida, como também toda a agricultura e o comércio externo, e estendendo-se ainda pela indústria e comércio interno, gerando desemprego em massa, como afirma Lima (1970, p. 350): "Acrescente-se ainda o descontentamento generalizado de vastas camadas populares, principalmente das cidades, em consequência da crise e do desemprego, constituindo-se na massa ululante das ruas, que formava a audiência dos ruidosos comércios da Aliança Liberal."

Na verdade, a Revolução de 1930, não foi feita somente por representantes de uma suposta nova classe social: a classe média ou a burguesia industrial. A classe média, era por demais heterogênea e dependente das forças agrárias para que, no plano político, se formulasse um programa em seu nome. Para Penna (1999), considerando-se este processo, 1930 é um momento significativo desse quadro de mudanças político-institucionais, mas não representa uma ruptura. Ao passo que Fausto (2001), explicita que a partir de 1930, ocorreu uma troca da elite do poder sem rupturas. Caíram os quadros oligárquicos tradicionais, os "carcomidos da política", como se dizia na época.

Durante cerca de quatro décadas, assistia-se pela primeira vez a uma ruptura política e institucional que, de certa forma, foi mais profunda do que a de 1889. Em 1930, ocorre uma espécie de alternância das elites, agora mais organicamente constituídas e cuja política doravante atenderá as suas conveniências, a burguesia industrial e o operariado.

Nessa mesma década, encerrou-se o ciclo da República Velha, por meio de um movimento armado que pôs no poder o candidato da Aliança Liberal, Getúlio Vargas, o qual defendia a necessidade de se incentivar a produção nacional em geral e não apenas o café. A posse de Getúlio Vargas na presidência, no dia 3 de novembro de 1930, marcou o fim da Primeira República e o início de novos tempos, como assevera Fausto (2001, p. 327):

Um novo tipo de Estado nasce após 1930, distinguindo-se do Estado oligárquico não apenas pela centralização e pelo maior grau de autonomia como também por outros elementos. Devemos acentuar pelo menos três, dentre eles: 1. a atuação econômica, voltada gradativamente para os objetivos de promover a industrialização; 2. a atuação social, tendente a dar algum tipo de proteção aos trabalhadores urbanos, incorporando-os, a seguir, a uma aliança de classes promovida pelo poder estatal; 3. o papel central atribuído às Forças Armadas – em especial o Exército – como suporte da criação de uma indústria de base e, sobretudo como fator de garantia da ordem interna.

Em suma, a Revolução de 1930 não significou a tomada direta do poder por esta, ou aquela classe social. Diferentemente dos grupos oligárquicos, os nacionalistas defendiam o desenvolvimento baseado na industrialização, enfatizando a necessidade de se criar um sistema capitalista nacional. Segundo Fausto (1997, p. 422), a crise não teria tido maior importância em 1930, só repercutindo no país em 1931; embora os dirigentes da Aliança Liberal tivessem se utilizado dela para mostrar a incapacidade do Governo Federal.

As soluções conciliatórias ainda tinham lugar, pois as divergências políticas se davam no interior de um país onde predominava o setor agrário-exportador. Para Penna (1999) o governo incrementou a industrialização por meio de uma consciência que julga como inadiável a questão industrial, principalmente para uma nação que se pretende soberana. Nesse sentido, os anos de 1930 contém aspectos revolucionários, porque promoveu significativas mudanças nas estruturas de funcionamento do Estado, com uma política populista, de corte nacionalista, na qual estavam os interesses voltados para o mercado interno, sem alterar substancialmente a natureza socioeconômica dos grupos sociais que detinham o poder. Na concepção de Penna (1999, p. 151, grifo do autor):

A Revolução de 1930, concluída pelo Estado Novo, garante uma composição política em que se destacam os 'grupos técnicos' da burocracia, o fortalecimento do Estado e a tentativa de, através de tímidas reformas hiper-dimensionadas pelo populismo, neutralizar as tensões sociais, sugerindo-se que a questão social finalmente teria sido equacionada pela nova configuração das elites.

Nas palavras de Fausto (1997) não por acaso, a Revolução de 1930 ficou estampada na memória social como um profundo corte no processo histórico brasileiro. Com a Revolução, o Governo Federal, reorganizaria a política de defesa do café, retomando as compras de excedentes, a partir de fevereiro de 1931 e em seguida, criaria o Conselho Nacional do Café, que foi aos poucos assumindo a política cafeeira nacional. Sobre isso Cano (1985, p. 181, grifo do autor) esclarece:

No período 1929-1933 se altera o caráter principal do antigo padrão de acumulação (o "modelo primário-exportador" o de "desenvolvimento para fora"). Ou seja: a dominância que as exportações exerciam sobre a determinação do nível e do ritmo da atividade econômica do país passaria a segundo plano. A partir desse momento, seria a indústria o principal determinante do nível de atividade.

Com as transformações no sistema nacional de produção, havia também mudanças no mercado interno, com reflexos em toda a dinâmica da economia brasileira, ou seja, um deslocamento do centro dinâmico da economia nacional. Segundo Lima (1970), o fator

dinâmico principal, sem nenhuma dúvida, foi o mercado interno. A produção industrial, que se destinava em sua totalidade ao mercado interno, passa então a ser a principal renda do país. Para Prado Júnior (1998), outra circunstância que condicionará o desenvolvimento do mercado interno é o processo tecnológico dos transportes e comunicações. Dessa maneira, o processo industrial em geral, manteve a produção voltada para os produtos e manufatura nacional. Quanto a este aspecto Lima (1970, p. 357) esclarece:

O fator acelerador mais importante de nossa economia naqueles anos de depressão foi o setor industrial. Com a forte redução das importações e a cessação das inversões estrangeiras, a produção manufatureira nacional viu-se liberada dos vários entraves que a tolhiam, como a concorrência externa, podendo expandir-se então livremente, utilizando todos os fatores que existiam.

No entanto, é na indústria manufatureira que as transformações econômicas são mais sensíveis e profundas. A indústria nacional, veio progressivamente substituindo com seus produtos a importação de quase tudo o que diz respeito a bens de consumo. Com a industrialização, houve grande aceleração do processo de expansão na economia interna. No início, existia a etapa em que se assina o modelo de crescimento para fora, que tinha estimulado bastante o processo de industrialização em vários países, desde o fim do século passado e o começo do presente (BERNARDO, 2019).

A concorrência da produção industrial interna em relação às importações e as exportações recaem, muito especialmente, no papel estimulante das crises do setor exportador, em que a substituição de importações está aplicada numa dinâmica onde há um desacordo que vem seguido por um estrangulamento externo (BERNARDO, 2019).

Há duas fases do processo de substituição de importações: a de industrialização extensiva, a qual ocorre na faixa dos bens de consumo corrente, de alguns produtos intermediários e bens de capital e, mesmo de bens de consumo duráveis "leves", produzindo-se um "alargamento de capital", abundante mão-de-obra e expansão do mercado; e a de industrialização intensiva, a qual envereda pelos bens de produção "pesados" e pelos bens duráveis de consumo de alto valor unitário, quando, então, a utilização de técnicas intensivas de capital diminuiria o ritmo de crescimento do emprego industrial, dando lugar a uma expansão vertical do mercado, por meio do aumento da concentração de renda (FURTADO, 1984)

Segundo Furtado (1984) a crise se caracteriza por uma contração brusca dessas invenções, contração essa que reduz automaticamente a procura global e desencadeia uma série de reações que tem por efeito, ir reduzindo cada vez mais essa procura. Por outro lado, a contração dos negócios provocados pela crise, reduz a liquidez das empresas, induzindo-as a lançar mão de quaisquer fundos de que disponham, inclusive aqueles que se encontram no exterior.

A indústria passa a ser o fator dinâmico principal na criação da renda. Devido ao fator interno, o desenvolvimento econômico tende a expandir-se cada vez mais. Porém, a indústria surgiu do "deslocamento do centro dinâmico" da economia nacional. Após a crise de 1929, a economia se recupera e acelera o processo industrial, com o padrão de acumulação de capital favorecendo a produção industrial interna, principalmente nos Estados-polo. Já a periferia, ao contrário, não teve um desenvolvimento econômico satisfatório, impedindo a expansão de sua indústria. Quanto a esse padrão de acumulação de capital, tornou-se mais firme pela economia exportadora. Segundo Furtado (1984, p. 210):

A crise encontrou a economia brasileira mais ou menos adaptada a certo coeficiente de importações. Durante todo o decênio dos anos vinte, a relação entre o produto territorial e o valor das importações não parece haver-se alterado de forma significativa.

Na década de 1930, as dificuldades decorrentes da Segunda Guerra Mundial (1939-1945) limitaram o investimento industrial, por força, principalmente da restrição da capacidade para importar. As pequenas empresas estrangeiras que haviam ocorrido na década anterior, continuariam ampliadas e diversificando sua base produtiva. Com isso, foi positivo para São Paulo, pois a expansão industrial reforçaria o processo de concentração econômica no Estado. Dessa forma, a formação industrial estava necessitando de solução que extravasaria os estreitos limites dessas crises. De acordo com Cano (1985, p. 160 e161):

Essa formação industrial – já em transição para um processo de industrialização que restringida - necessitava maior autonomia para sua produção ampliada, e não apenas contornar aquela crise. Como se sabe isto seria por que passaria a economia brasileira a partir da crise de 1929.

A partir de 1933, a economia se recupera, concentrando um aumento na indústria, cujo setor de produção passa a comandar efetivamente a acumulação de capital, como também a mudança da estrutura dos preços relativos. Na visão de Cano (1985), isso encareceria sobremodo os produtos importados, tornando o mercado nacional cativo para a indústria nacional.

Em alguns setores industriais, a expansão da capacidade produtiva encontrava amplo respaldo no mercado interno. Se tratava da introdução nos “novos” produtos que já apontavam para uma diversificação da estrutura produtiva da indústria). Para Furtado (1984), esta situação permitiria um amplo barateamento relativo das mercadorias de produção interna, e foi sobre esse novo nível de preços relativos que se processou o desenvolvimento industrial dos anos trinta. De acordo com Cano (1985, p. 183),

Essa indústria não pôde restringir-se apenas a responder à demanda de bens de consumo; sob pena de comprometer a reprodução do capital, teve que fazer grande esforço interno para substituir também algumas importações de bens de produção; para não comprometer ainda mais a capacidade para importação necessária para sua expansão, fazia gestões no mercado interno para estimular ou forçar até mesmo a substituição de importações de produtos primários.

Nos anos de 1930 a 1955, houve a expansão diversificada da economia nacional, e marca o período da industrialização que se dizia, até recentemente, “pelo processo de substituição de importações”. Por outro lado, a economia do Brasil passou a ser denominada de industrialização “restringida”, por causa da conceituação de “substituição de importações”, o favoritismo da política de defesa do café e do congelamento de taxa cambial, para o que supostamente o Estado defendia os interesses da burguesia industrial paulista. No entanto, o resto do país atravessaria um período de franca expansão industrial, com crescimento acelerado em relação ao período anterior. Porém, a expansão da economia predomina acentuadamente as importações para a indústria, pois segundo Cano (1985, p. 182), “isto se deve a que durante a industrialização restringida é reduzida a produção nacional de bens de produção. A indústria, mesmo para seu funcionamento normal, exigia apreciável volume de importações e, para sua expansão, a exigência se tornava ainda maior”.

A indústria restringida deverá atender não apenas a parte da demanda derivada de sua própria expansão, mas também, especialmente, aquela surgida da recuperação e expansão da agricultura e dos outros setores urbanos, principalmente na região Centro-

Sul. Nesse seguimento, na próxima seção, abordaremos sobre a indústria “restringida” no Brasil: 1930-1955.

A indústria “restringida” no Brasil: 1930-1955

No período da crise de 1929, o Brasil passava por profundas transformações. A economia transitava de um modelo primário-exportador, que foi o pilar da economia, para um processo de industrialização. A partir de 1933, a economia se recupera e há uma notável expansão da produção industrial, cujo setor passava a comandar efetivamente a acumulação de capital na economia brasileira.

São Paulo, era o maior centro industrial do país e acelerou esse processo como controlador das demais regiões, onde tinha total domínio do capital industrial que exercia sobre o mercado nacional. Foi criado no país o setor industrial, cuja situação favorável era extremamente as inversões voltadas ao mercado interno, responsável pelo aumento da taxa de capitalização e pela intensificação do processo de crescimento que se observa no pós-guerra. Conforme Prado Júnior (1998, p. 324):

A indústria brasileira, em geral, surgida e se desenvolvendo por força de circunstâncias ocasionais derivadas de embaraços opostos às importações (seja por efeito das duas grandes guerras mundiais, seja sobretudo em consequência de dificuldades cambiais). Constituiu sempre no passado e constitui ainda no presente, em boa parte, fruto de expedientes ocasionais destinados a resolverem problemas prementes de abastecimentos.

O aumento da renda monetária no setor industrial é seguido de perto pelo incremento da oferta real de bens que são produzidos pela própria indústria. Porém, a indústria brasileira não se apresenta ainda como um verdadeiro processo econômico de expansão, e só a partir da recuperação da crise de 1929, é que ela terá um avanço industrial e se prolongará até 1955, quando foi tardia e “restringida” (MAGALHÃES, 2017).

No longo período que transcorre da Revolução Industrial à Primeira Guerra, as novas formas de produzir, só atingiram uma reduzida proporção da população mundial. O movimento se inicia na Grã-Bretanha, continua com distintos graus de intensidade no continente europeu, adquire impulso extraordinário nos Estados Unidos e abrange, por último, o Japão, quando este país se interessa por assimilar rapidamente os modos ocidentais de produzir. Esse movimento leva ao nascimento do modo especificamente capitalista de produção, aumentando o poder de acumulação, que mantém sua própria força produtiva, deixando de necessitar de apoio externo (ALMEIDA, 2016).

Por isso a industrialização brasileira vem enfrentando os problemas decorrentes de ser “periférica”, que atenda às necessidades do “centro” com a produção de alimentos e matérias-primas a baixo custo, com destino aos grandes centros industriais. A economia periférica, que tinha o caráter de exportador de produtos primários, como também o caráter extensivo de acumulação, próprio ao crescimento do desenvolvimento voltado para fora, não dispõe, com isso, de comando sobre seu próprio crescimento. Portanto, é a essa industrialização capitalista que chamamos retardatária nos países periféricos, a grande indústria produtora de bens de consumo assalariado, em especial a têxtil, que foi capaz de surgir o complexo exportador, cafeeiro, criando demanda não somente para bens de consumo como também para meio de produção (ALMEIDA, 2016).

Segundo Cano (1985), só a partir de 1933, quando a economia nacional se recupera da crise, e o movimento de acumulação industrial se torna o motor determinante da economia, é que se pode falar de industrialização. Nessa fase, que se estende até 1955, há um processo de industrialização "restringida". Neste sentido, será uma industrialização "restringida", dada a incipiente produção nacional de bens de produção e a continuidade, em grande parte, da dependência do setor primário exportador em determinar a capacidade para importar aqueles bens. Com isso, a economia do Brasil, passou a se denominar de "industrialização restringida". A explicação para esse fenômeno está, de um lado, no fato de que a reprodução ampliada de seu capital produtivo depende ainda do setor exportador, que gera as divisas necessárias às importações dos bens de produção; do outro, porque não possuindo expressivo compartimento produtor de bens de produção, não caminha sobre seus próprios pés, pois não se instalou, de forma mais ou menos concentrada no tempo e adiante da demanda.

Diferentemente, sua implantação se deu de maneira limitada e relativamente lenta, ampliando-se as bases técnicas da acumulação, pouco a pouco, puxada pela demanda. Depreende-se que a industrialização se encontra restringida, porque as bases técnicas e financeiras da acumulação não foram suficientes para que se implantasse um corte no núcleo fundamental da indústria de bens de produção, o que permitiria à capacidade produtiva crescer adiante da demanda, requisito básico do processo de desenvolvimento industrial.

O período de 1930 a 1955 marcou o processo de transição da indústria "restringida", e o período de 1956 a 1960 pertenceu a uma etapa do processo de indústria "pesada", em que o caráter da dominação sofreria mudanças alternadas devido à crise (1962), que teve o significado mais amplo, tanto que não apenas o mercado é dominado pela concorrência, como também pela acumulação do capital.

Esse período reforçaria o processo de concentração industrial, porque se instalam as chamadas indústrias "pesadas". Por esse motivo, os países não-industrializados apenas desenvolveram a atividade industrial depois da sua independência. Na verdade, a industrialização ocorreu muito depois da Revolução Industrial, ou seja, os países subdesenvolvidos apresentaram uma indústria "tardia" ou "retardatária", que se instalou apenas no fim do século XIX (ALMEIDA, 2016).

Em suma, os países de indústria atrasados encontravam-se numa situação totalmente dependente em relação aos países que se industrializaram primeiro. No Brasil, principalmente em São Paulo, onde graças à sua grande diversificação industrial previamente existente, com indústria de autopeças em relação à automobilística, recém-implantada, seus "efeitos de encadeamento" foram muito maiores, como adverte Cano (1985, p. 200):

A grande concentração oligopólica que a industrialização pesada evidenciada mais tarde tem, na verdade, raízes históricas muito claras no caso brasileiro, uma vez que as principais firmas hoje chamadas multinacionais que atuam no Brasil já estavam aqui instaladas nas décadas de 1920 e de 1930, estabelecendo e garantindo sua futura reserva de mercado.

A partir do momento em que se instaura predominantemente no polo, especialmente em São Paulo, o processo de indústria "pesada", é nesse espaço econômico que seriam centralizadas as decisões para o capital que domina a dinâmica de acumulação em escala

nacional. O período do governo de Juscelino Kubitschek (1956-1961) compreendeu a fase áurea de inversões decorrentes do Programa de Metas.

No governo de Juscelino Kubitschek destaca-se o Programa de Metas, conhecido como 50 anos em 5, ou seja, 50 anos de desenvolvimento em 5 anos de governo. Esse plano consistia em trinta metas, distribuídas em cinco grandes grupos: energia, transportes, alimentação, indústria de base e construção de Brasília. Para tanto, superou ou neutralizou resistências, cooptou lideranças e conquistou apoios, o que concorreu para a estabilidade política. Se constituiu como uma política de desenvolvimento industrial, que priorizou a técnica, a ciência, a eficácia e a abertura da economia brasileira ao capital estrangeiro. Um fato que marcou esse ciclo de desenvolvimento, foi a produção de aço pela Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), em Volta Redonda (BARREIRA, 2001).

A efetivação das políticas pós-guerra levou à articulação de blocos de influência, como também à criação de tratados. Assim, os Estados Unidos, Canadá e a maioria dos países da Europa capitalista, criaram em 1949 a Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), uma aliança militar que apresentava como objetivo organizar as nações capitalistas da Europa Ocidental para a proteção internacional em caso de um suposto ataque soviético. Em contrapartida, a União Soviética, em 1955, firmou com seus aliados, o Pacto de Varsóvia, que visava a articulação militar entre os países do bloco.

Neste sentido, calcados na Doutrina Truman¹, os Estados Unidos interviram em regiões e países de todas as partes do mundo, com a justificativa de que a democracia estava sendo ameaçada pela expansão comunista. Para isso, entre 1946 e 1984, a *Scholl of the Americas*, no Panamá, graduou mais de 60.000 militares e policiais de aproximadamente 23 países da América Latina, entre eles: Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Costa Rica, Equador, El Salvador, Guatemala, Honduras, Nicarágua, Panamá, Paraguai, Peru, Uruguai e Venezuela. Destarte, "A formação de quadros era, portanto, uma das peças da poderosa Doutrina de Segurança, [...]" (LOMBARDI, 2014, p. 30). Com o suposto argumento de garantir a paz, a segurança e o desenvolvimento, promoveu golpes de estado contra governos latino-americanos, que haviam sido eleitos pela democracia, mas que, no entanto, eram opostos aos interesses dos EUA, tanto políticos como econômicos.

O setor do petróleo também se beneficiou da substituição de importações, pois com a descoberta das primeiras jazidas, criou-se a companhia estatal Petróleo Brasileiro S.A. (PETROBRÁS), que detinha o monopólio sobre essa fonte primordial para a matriz energética do período. Porém, o Brasil estava na década de 1950 com alguns problemas de infraestrutura que arrefeciam o desenvolvimento industrial, a saber: ausência de energia elétrica, baixa produção de petróleo, debilitada rede de transporte e de comunicação.

Nessa década de 1950 ocorreram mudanças relevantes no contexto mundial, que repercutiram nos países periféricos. O mundo havia superado a guerra mundial e pairava um clima de liberdade e por isso existia um anseio de desenvolvimento. Acreditava-se que os países atrasados era um declínio resultante de um ritmo mais lento de crescimento econômico e não como fruto de uma estrutura econômica mundial de exploração (BRUM, 2012).

¹ A Doutrina Truman foi estabelecida em 1947, a partir da determinação do presidente americano Harry S. Truman para que os Estados Unidos prestassem ajuda militar e econômica a todos os países e regimes que se opunham à expansão comunista.

Foi no governo de Juscelino Kubitschek que o termo desenvolvimento repercute no vocabulário do Brasil, em substituição à palavra progresso. Nesse contexto, os Estados Unidos eram apresentados como único país desenvolvido e modelo a ser imitado. Fruto de uma construção crítica, a concepção de desenvolvimento foi ganhando um contorno mais abrangente, incluindo aspectos sociais, políticos, culturais e humanos, além dos aspectos quantitativos ou econômicos. “[...] Desenvolvimento passou então a compreender a elevação da qualidade de vida, bem-estar, equilíbrio social, segurança, solidariedade e felicidade das pessoas e da sociedade. [...]” (BRUM, 2012, p. 207).) Esse termo permaneceu permeando o imaginário e o debate político nacional, [...] associado à ideias-força como “a crença no Brasil país do futuro, a consolidação da identidade nacional, o desequilíbrio entre os dois brasis, a intervenção do Estado [...] enfim, as várias formas de que se reveste a velha questão, irresolvida, de atraso versus modernização” (XAVIER, 1999, p. 71).

Juscelino Kubitschek criou uma administração paralela ao Programa de Metas, com o objetivo de aumentar a racionalidade e agilidade do sistema administrativo brasileiro. Essa frente era formada por alguns órgãos, como: a Carteira de Comércio Exterior (CACEX), a Superintendência da Moeda e do Crédito (SUMOC) e o Banco Nacional do Desenvolvimento (BNDE). “[...] Ao ampliar o poder do executivo JK acentuou o papel do Estado como vanguarda do desenvolvimento e faleceu a predominância do Estado sobre a sociedade civil, uma das características do populismo. Nesse aspecto, o desenvolvimentismo era uma nuance um pouco melhorada do populismo” (BRUM, 2012, p. 212). Decorrente dessa administração paralela houve o fortalecimento da influência da tecnoburocracia na administração pública brasileira.

O Programa de metas tinha dimensões muito ambiciosas, além das possibilidades que o país desfrutava para realizá-los. De maneira geral, o Plano foi exitoso. A economia como um todo acelerou seu ritmo de expansão. Além da construção de Brasília, os setores que tiveram maior crescimento foram: indústria automobilística, siderurgia, alumínio, cimento, energia elétrica, produção e refino de petróleo, estradas de ferro, entre outros. Entre 1955 e 1961, a produção industrial cresceu 80%, em contraponto o governo de Juscelino Kubitschek, teve desempenho medíocre, especialmente nos campos da educação e da agricultura. A expansão econômica provocou a geração de empregos, para implantar um patamar elevado de industrialização, houve a necessidade de incorporar mão de obra com maior qualificação, inclusive técnicos de nível superior (BRUM, 2012). Nesse contexto Machado (1986, p. 21) anuncia:

As medidas concretas adotadas, tais como: a criação, ampliação e equipamentos de escolas agrícolas e industriais (no ensino médio), a criação de 14 cursos superiores nas áreas de ciências e tecnologias, o aumento anual de 1.000 alunos nas Escolas de Engenharia, o apoio às carreiras técnicas de nível superior ligadas às ciências aplicadas (física, química, geologia, medicina) revelam a clara intenção de atender ao projeto desenvolvimentista (com base na industrialização).

Neste sentido, Juscelino Kubitschek toma para si o desenvolvimento econômico como meta que orienta o seu governo, sendo entendido como progresso, e emancipação econômica, um processo que permite o crescimento do Brasil. Por tudo isso, o desenvolvimentismo foi um processo de modernização, porém um desenvolvimento dependente. Essa política acentuou a concentração econômica brasileira, com base industrial, na região Sudeste (BRUM, 2012). O governo de Juscelino Kubitschek conseguiu que o país desse um salto econômico qualitativo e quantitativo, mas como mencionamos

anteriormente, concentrou a economia, acentuou os desequilíbrios regionais, e não deu a devida atenção à educação e à agricultura.

Considerações Finais

Pelo exposto, no início do século XVI, o território brasileiro passou por grandes transformações devido à exploração europeia sobre as riquezas naturais. A partir da metade do século XVI, o Brasil passa a ser ocupado por colonizadores portugueses, e daí vieram a implantar a expansão de vários produtos agrícolas: açúcar, algodão, café dentre outros, entre os séculos XVIII e XIX. Dessa maneira, a economia brasileira é totalmente voltada para produtos de exportação, com os quais houve muitos lucros por meio da sua produção. No primeiro decênio do século XX, o comércio exportador foi marcado economicamente pelo esgotamento de suas atividades primárias.

Diante dessa situação econômica, várias teorias foram desenvolvidas para explicar e apontar as causas do atraso do nosso desenvolvimento industrial. Com a crise de 1929, a economia mundial sofrerá um grande abalo com o crack da bolsa de Nova Iorque, atingindo a economia cafeeira que já não vinha muito bem.

Nesse cenário, aconteceu a Revolução de 1930, realizada em parte pela oligarquia não-cafeeira, que reivindicava maior influência na vida social; por outro lado, os nacionalistas defendiam o desenvolvimento baseado na industrialização. Após a Revolução, o Governo Federal reorganizou a política de defesa do café, recuperando as compras dos excedentes e, em seguida, criou o Conselho Nacional do Café, reforçando a economia cafeeira. A partir daí, operavam-se mudanças no sistema nacional de produção do mercado interno, causando reflexos para o deslocamento do centro dinâmico da economia nacional, ou seja, a economia passava por profundas transformações, saindo do modelo primário-exportador para o processo de industrialização.

No período que se estende de 1930 a 1955, começa o processo de indústria "restringida", devido o país não produzir bens de produção (máquinas e equipamentos), e por dependência do setor exportador, limitando e subordinando a economia brasileira à dinâmica do mercado internacional.

Inferimos que o problema que se apresentava é que a indústria "restringida" dependia do setor de exportação, que fornecia divisas para as importações dos bens de produção. Nesse caso, o problema estava na falta de capital próprio e de técnicas com que se pudesse "caminhar sobre os próprios pés". Para isso, precisaria construir bases tanto técnicas, como financeiras para acumular divisas que fossem suficientes para se implantar a indústria de bens de produção. Isso só veio a acontecer no período de 1956 a 1960, no governo do presidente Juscelino Kubitschek. Nesse período, houve um enorme crescimento econômico decorrente da implantação do Programa de Metas.

Referências

ALMEIDA, Águida Cristina Santos. A industrialização dos retardatários nas visões de Furtado e Amsdem: convergências, divergências e complementaridades. **Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política**. n. 43, p. 91-117, fev./mai. 2016.

BARREIRA, Luíz Carlos. Anísio Teixeira e a doutrina do nacional-desenvolvimentismo. **Quaestio-Revistas de estudo em educação**, Sorocaba, ano 3, n. 1, p. 17-32, maio. 2001.

BERNARDO, Jadson da Silva. O fim “melancólico” da “república do café com leite” (1922-1930). **Das Amazônias**, Rio Branco – Acre, v. 2, n. 1, p. 17-30, jan-jul. 2019.

BOGDAN, Robert; BIKLEN, Sara. **Investigação qualitativa em educação**: uma introdução à teoria e aos métodos. Porto: Editora Porto, 1994. Tradução de Maria João Alvarez, Sara Bahia dos Santos e Telmo Mourinho Baptista.

BRUM, Argemiro J. O desenvolvimento econômico brasileiro. 30 ed. Editora Unijuí, RS, 2012.

CANO, Wilson. **Desenvolvimento regional e concentração industrial no Brasil: 1930-1970**. São Paulo: Global/Ed. UNICAMP, 1985.

FAUSTO, Boris. A crise dos anos vinte e a Revolução de 1930. In: PINHEIRO, Paulo Sérgio. et al. **O Brasil republicano, tomo III: sociedade e instituições (1884-1930)**. Rio de Janeiro: Bertrand, 1997.

FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. 9. ed. São Paulo: Ed. da USP/FDE, 2001.

FREDERICO, Samuel. Território e cafeicultura no Brasil: uma proposta de periodização. **Geusp – Espaço e Tempo (Online)**, v. 21, n. 1, p. 73-101, abril. 2017. ISSN 2179-0892.

FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. 19. ed. São Paulo. Ed. Nacional, 1984.

LIMA, Heitor Ferreira. **História política – econômica e industrial do Brasil**. São Paulo: Ed. Brasiliense, Companhia Editorial Nacional, 1970.

LOMBARDI, José Claudinei. Educação e nacional-desenvolvimentismo (1946-1964). **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, v. 14, n. 56, p. 26-45, maio. 2014. DOI: <https://doi.org/10.20396/rho.v14i56.8640432>.

MACHADO, Victoria Maria Brant Ribeiro. **A questão da qualidade do ensino nos planos oficiais de desenvolvimento da educação**. 1986. 122 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Fundação Getúlio Vargas, 1986.

MAGALHÃES, Thamiris Laure, A Industrialização Brasileira Diante das Transformações no Capitalismo Global Entre as Décadas de 1930 a 1960. **XII Congresso Brasileiro de História Econômica & 13ª Conferência Internacional de História de Empresas**. Niterói, 28, 29 e 30 de agosto de 2017. Disponível em: <https://www.abphe.org.br/>. Acesso em 16 de jun. 2022.

PENNA, Lincoln de Abreu. **República brasileira**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

PRADO JÚNIOR, Caio. **História econômica do Brasil**. 45. ed. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1998.

XAVIER, Libânia Nacif. **O Brasil como laboratório**: educação e ciências sociais no projeto do Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais. Bragança Paulista: EDUSF, 1999.

Submetido em: 20/06/2022

Aprovado em: 06/10/2022



Esta obra está licenciada com uma Licença
[Creative Commons Atribuição – Não Comercial 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/)